



Trajatória do jornalista Antonio Callado no dribble à censura da ditadura civil-militar do Brasil

Lilian Juliana MARTINS¹

Resumo:

Este trabalho apresenta a atuação de Antonio Callado como jornalista durante a ditadura civil-militar (1964-1985) para driblar a censura e conseguir pautar temas que pudessem “despertar” o país sobre a necessidade de uma revolução democrática. Seguindo a trajetória de Callado – que foi preso três vezes pelos militares e impedido de escrever – percebemos que seus dribbles recorrem a dois caminhos: a publicação das reportagens em livros, para que elas pudessem ganhar perenidade e seguissem repercutindo as ideias dos revolucionários pautados em seus textos e a produção de reportagens sobre revoluções mundo a fora, de forma que Callado pudesse apresentar práticas de resistência e organização sem mencionar diretamente a realidade brasileira.

Palavras-chave: Antonio Callado; ditadura civil-militar; jornalismo; reportagem; resistência.

Trajectory of journalist Antonio Callado in dodging the censorship of Brazil's civil-military dictatorship

Abstract:

This work presents the work of Antonio Callado as a journalist during the civil-military dictatorship (1964-1985) to circumvent censorship and manage to discuss topics that could “awaken” the country about the need for a democratic revolution. Following the trajectory of Callado – who was arrested three times by the military and was prevented from writing – we realize that his dribbles resort to two paths: the publication of reports in books so that they could gain perpetuity and continue to reflect the ideas of the revolutionaries based on their texts, and the production of reports on revolutions around the world, so that Callado could present practices of resistance and organization without directly mentioning the Brazilian reality.

Keywords: Antonio Callado; civil-military dictatorship; reporting; resistance.

Trayectoria del periodista Antonio Callado para esquivar la censura de la dictadura cívico-militar en Brasil

Resumen:

Este trabajo presenta la labor de Antonio Callado como periodista durante la dictadura cívico-militar (1964-1985) para sortear la censura y lograr discutir temas que pudieran “despertar” al país sobre la necesidad de una revolución democrática. Siguiendo la trayectoria de Callado – que fue detenido tres veces por militares y le impidieron escribir – nos damos cuenta de que sus regates recurren a dos caminos: la publicación de informes en libros para que adquieran perpetuidad y sigan reflejando las ideas del revolucionarios a partir de sus textos, y la producción de informes sobre las revoluciones en todo el mundo, para que Callado pudiera presentar prácticas de resistencia y organización sin mencionar directamente la realidad brasileña.

Palabras clave: Antonio Callado; ditadura civil-militar; periodismo; reportaje; resistencia.

¹ Doutora em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), professora do curso de Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). *E-mail:* lilian.juliana@gmail.com



Introdução

Leblon, 1968. *Anos de chumbo*² no Brasil. Num jipe aberto, o jornalista Antonio Callado, que está sendo levado preso para a Vila Militar do Rio de Janeiro, carrega para a prisão o pôster de Che Guevara que tinha em sua casa. O rosto impresso do guerrilheiro balança com o vento. Como contou seu amigo e colega de profissão Carlos Heitor Cony (*Apud* Arruda, 2013a), uma cena que poderia estar num filme de Glauber Rocha.

Não era possível deixar Antonio Callado escrever. Por decreto do governo militar, o jornalista fora proibido pessoalmente de trabalhar em jornais. Entre 1964 e 1968, quem quisesse escrever sobre o regime militar escrevia. Pagava-se um preço alto por isso, mas era possível. Mas com Callado a proibição era declarada. Os textos dele não eram “bem-vindos” de jeito nenhum pelos militares. Ele foi o único jornalista a ter esse *status* no Brasil (Cony *apud* Arruda, 2013a, p. 10).

A trajetória que levou Callado à prisão três vezes durante a ditadura civil-militar no Brasil se relaciona com seu posicionamento declaradamente de esquerda que se traduzia no engajamento do intelectual, empenhado em participar da mudança dos rumos do país. Mesmo depois do Ato Institucional nº 5³, quando ficou impossível escrever sobre a ditadura, Callado continuou escrevendo sobre resistência em seus romances, peças de teatro e, de forma camuflada, em suas reportagens. Meses antes da cassação dos seus direitos políticos, em abril de 1969, escreveu aquela que é considerada uma de suas principais reportagens. O então repórter especial do *Jornal do Brasil* (JB) insistiu por meses até conseguir autorização para ir ao Vietnã do Norte, num dos períodos mais violentos da guerra, para contar o conflito pela perspectiva dos vietcongues, dos orientais que, insistentemente, apareciam nas páginas dos jornais como inimigos. Para Callado, era preciso ouvir o “outro lado” (Martins, 2018).

² Expressão atribuída ao período entre 1968 e 1974, marcado como o de maior violência e censura durante toda a ditadura civil-militar no Brasil, que durou de 1964 até 1985.

³ O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi emitido em 13 de dezembro de 1968 pelo presidente Artur da Costa e Silva. É considerado o mais infame dos 17 Atos Institucionais que foram promulgados durante a ditadura civil-militar (1964-1985). O AI-5, entre muitas outras restrições, suspendeu quaisquer garantias constitucionais e, ainda que de forma não declarada, institucionalizou a tortura como instrumento do Estado coercitivo (Martins, 2018).

Apresentar os “dribles” que Antonio Callado realizou durante a ditadura para escrever sobre ela, ainda que de forma indireta, é o objetivo principal deste artigo. Alinhado a ele, também se objetiva apresentar o trabalho de Callado como jornalista. Ainda que o autor seja reconhecido como um dos maiores escritores brasileiros do século XX – autor de *Quarup* (1967) e *Reflexos do baile* (1976), obras cujas elaborações narrativas são indissociáveis do contexto da ditadura civil-militar no Brasil – sua atuação como jornalista segue pouca estudada e reconhecida (Martins, 2018)⁴. Entre as décadas de 1940 e 1960, Callado trabalhou nos jornais *Correio da Manhã* e *JB* e escreveu grandes reportagens que seguem sendo reeditadas em livros. Neste texto, colocamos foco no trabalho realizado pelo escritor, especialmente como jornalista, durante os 21 anos da ditadura no país. A análise foi feita tanto sobre os textos das reportagens – originalmente publicadas nos jornais – como nos textos posteriormente reeditados em livros. Sigamos, então, para conhecer a perseguição dos militares ao seu trabalho e as estratégias utilizadas pelo repórter para que ele continuasse escrevendo sobre a resistência e o “despertar do povo” como nação.

Os Oito da Glória

Apenas duas semanas tinham se passado do fatídico 1º de abril de 1964, dia do golpe civil-militar⁵ que instaurou a ditadura que perduraria por 21 anos no Brasil. Era 15 de abril de 1964 e a Conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA) estava marcada para acontecer no Hotel Glória, no Rio de Janeiro. Com receio do que poderia acontecer, a OEA tinha pensado em mudar o encontro para Washington, nos Estados Unidos, pois seria mais prudente. Mas Castello Branco insistiu. Disse aos estadunidenses que o povo brasileiro era pacífico. Não havia motivos para se preocupar. Callado, na época repórter especial e editor do

⁴ Este texto, inclusive, é desdobramento da tese “Antonio Callado jornalista: a narrativa da grande reportagem e o ideal do país possível” (Martins, 2018), realizado pela autora como forma de contribuição para o arcabouço teórico sobre a atuação do escritor como jornalística. A tese se dedica ao estudo contextual e analítico de todas as reportagens de Callado publicadas em livro: *Esqueleto na lagoa verde* (1953), *Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco* (1959), *Tempo de Arraes* (1964), *Vietnã do Norte: o outro lado da guerra* (1968), *Passaporte sem carimbo* (1978) e *Entre o Deus e a vasilha* (1984). Tanto neste trabalho como na tese, a análise se debruçou nos dois textos: aqueles publicados originalmente nos jornais e, depois, reeditados em livros. A reportagem “Revolução-Piloto em Pernambuco” foi publicada em livro, em 1964.

⁵ Diversos autores nomeiam o golpe de “golpe civil-militar”. Entre eles, Gabriel de Moraes, no artigo “Os sessenta anos do golpe civil-militar de 1964 e a memória pública” (2024).

Jornal do Brasil, se revoltou: “Eu achei aquilo um desaforo. Aquilo tudo parado. E, com mais outros intelectuais, fomos para a porta do local da reunião e fizemos uma manifestação” (Callado *apud* Leite, 1982, p. 238).

Com “aquilo tudo parado” Callado se referia à imprensa. Isso porque, logo nos primeiros dias dos militares no poder, começou a destruição de qualquer resistência presente nas redações (Sodré, 1999, p. 435). Jornais e revistas nacionalistas e com tendências à esquerda foram fechados, o jornal *Última Hora* foi invadido e depredado, emissoras de rádio e de televisão passaram por um rigoroso e contínuo sistema de censura. Muitos jornalistas foram presos, torturados e exilados. Callado não sofreu com as torturas nem com o exílio, como veremos, mas fez parte da lista das prisões: em 1964, em 1968 e em 1979. A manifestação na frente do Hotel Glória foi o motivo para que ele fosse levado pelos militares pela primeira vez.

Naquele dia, oito intelectuais inconformados com a retirada dos direitos constitucionais apareceram na abertura do evento com suas faixas e com seus gritos de indignação. Uma das faixas dizia: “*Bienvenidos a nuestra ditadura*”. O grupo era formado pelo embaixador Jayme Azevedo Rodrigues, os jornalistas e escritores Carlos Heitor Cony e Antonio Callado, o jornalista Márcio Moreira Alves, o diretor teatral Flávio Rangel e os cineastas Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade e Mário Carneiro. Callado (*Apud* Leite, 1982, p. 238) dá mais detalhes:

Fizemos uma manifestação que saiu direitinho. Um escândalo. [...]. Não sabiam o que fazer com a gente. Olharam e viram aqueles caras bem vestidos de gravata, ficaram meio assombrados. Porque pensaram que fossem uns garotões, estudantes, mas quando viram aqueles caras tão classe média, bem vestidos... diziam: que amolação... onde a gente vai levar esses.

Ninguém resistiu à prisão. O grupo foi agredido com socos no estômago. Os oito foram levados para o quartel da Polícia do Exército e a eles se juntaria depois o poeta Thiago de Melo, um dos organizadores do evento (Arruda, 2013a). Na Figura 1, o registro traz Antonio Callado em protesto com os companheiros.

Figura 1 – Protesto na frente do Hotel Glória



Fonte: Fundo Última Hora/ Acervo (Memorial da Democracia, 2015-2017)⁶.

A prisão dos intelectuais causou grande repercussão (Arruda, 2013a). De dentro do hotel, a jornalista Teresa Cesário Alvim tinha deixado a imprensa nacional e internacional preparada para o que ia acontecer. Depois de dois dias de detenção, um abaixo-assinado com 400 assinaturas de artistas e intelectuais pedia a liberdade para os manifestantes que estavam incomunicáveis. Os oito foram ameaçados pelo então Ministro da Justiça, Juraci Magalhães, de serem enviados para o presídio de Ilha Grande. Descontente com o abaixo-assinado, o ministro também disse que iria prender os 400 signatários do documento, mas a movimentação em defesa dos “Oito da Glória”, como ficaram conhecidos, já era grande. Entre as visitas que receberam nos 10 dias que ficaram presos estava a pintora Djanira, que presenteou os amigos com uma de suas obras: um anjo com asas vermelhas enfeitou a cela dos prisioneiros. Ana Arruda (2013a, p. 235-236) conta: “Quando foram soltos, os outros sete ofereceram o desenho a Callado, nomeado ‘presidente’ do grupo”.

Para compreender a segunda prisão de Callado, em 1968 – descrita na Introdução deste artigo – é importante entender o que acontece depois de o jornalista ser solto em 1964. Naquele ano, Callado voltou a trabalhar no *Correio da Manhã* como redator-chefe. Esse era, segundo Ana Arruda (2018)⁷, o jornal da sua vida. O periódico estava em sua fase gloriosa (Sodré, 1999). Segundo Nelson Werneck Sodré (1999), em um cenário de censura sufocante, o *Correio da Manhã* ainda conseguia fazer denúncias sobre as torturas e as arbitrariedades que passaram a constituir o cotidiano da vida brasileira. Os leitores iam ávidos às bancas atrás do impresso, que tinha suas edições esgotadas. Mas a represália não tardou a aparecer: as agências estadunidenses cortaram a publicidade e o jornal começou a minguar financeiramente. Para sobreviver, a diretoria do periódico aceitou a presença de um interventor ligado às agências publicitárias. Assim, o jornal voltaria a receber sua verba e poderia continuar fazendo oposição à ditadura, mas não deveria, de forma alguma, atacar os interesses norte-americanos. Difícil desassociar uma coisa da outra.

Niomar Muniz Sodré, que assumiu a direção do jornal depois da morte do marido Paulo Bittencourt, começou a ceder às pressões e iniciou o processo de demissão gradual dos redatores e dos colaboradores que não seguiam os novos rumos editoriais do jornal. Começou com Carlos Heitor Cony. Callado saiu em defesa do companheiro de trabalho e pediu demissão: “Para demitir Cony, você tinha antes que me demitir” (Callado *apud* Arruda, 2013a, p. 156). Afinal, quem era o redator-chefe? Era o argumento de Callado. Niomar tentou voltar atrás, mas era tarde demais. Cony e Callado se despediam de vez do *Correio da Manhã*. Meses depois seria a vez de Otto Maria Carpeaux, que viu a seção internacional, na qual escrevia, ser suprimida do jornal (Arruda, 2013a).

Callado retornou ao *JB* como editorialista. A prisão pelos militares e o pedido de demissão do *Correio da Manhã* pela discordância com a política editorial do periódico não deixavam mais dúvidas: Callado era um escritor e jornalista à esquerda. Segundo Alberto Dines

⁷ A jornalista Ana Arruda Callado é esposa de Antonio Callado. Tal afirmação foi feita a partir da conversa realizada com esta pesquisadora por telefone em 23 de junho de 2018. Em homenagem ao marido, que faleceu em 28 de janeiro de 1998, Ana Arruda organizou uma fotobiografia (*Antonio Callado: fotobiografia*, editora Cepe, 2013), onde amigos de Callado trazem depoimentos sobre sua trajetória como escritor e jornalista.

(2015, informação verbal)⁸, o *Jornal do Brasil* sabia de seu posicionamento quando contratou Callado, em 1963, e, posteriormente, pós-saída de Callado do *Correio da Manhã*.

Fundado em 1891, o *Jornal do Brasil* vinha sendo dirigido, desde 1956, por Nascimento Brito (Sodré, 1999). Para compreender a contratação de Callado, é importante contextualizar que, no final da década de 1950, Brito conduziu a equipe responsável por reformulações gráficas e editoriais que viraram tendências no país. No pacote de inovações, estava a criação do Caderno B. Lançado em 15 de setembro de 1960, o caderno foi o primeiro suplemento da imprensa brasileira exclusivamente voltado para assuntos culturais, de entretenimento e variedades. No aspecto gráfico, Amilcar de Castro, inspirado por noções concretistas, eliminou os fios e implantou uma diagramação vertical, de modo a valorizar os espaços brancos das páginas (Mello, 2010). Quanto à equipe editorial, interessava à direção do jornal trazer jornalistas referenciados pelos seus pares. É nesse contexto que, em 1963, Callado é contratado para trabalhar no jornal como editorialista, ficando responsável, portanto, por assinar o ponto de vista do jornal.

Segundo Dines (2015, informação verbal), o trabalho de reportagem não estava em suas funções, mas, quando o assunto era resistência, Callado pedia autorização para atuar como repórter. Para ele, era preciso fincar os pés na terra para conhecer o país. E é como repórter especial que Callado chega a Pernambuco pela segunda vez. Na primeira, foi como repórter do *Correio da Manhã*, em 1959. Detalharemos essa primeira viagem e sua respectiva cobertura porque compreendemos que toda mobilização causada a partir dela repercute de forma marcante na atuação do repórter durante os primeiros anos da ditadura civil-militar.

Em 1959, Callado era redator-chefe do periódico, mas foi como repórter até o Nordeste para identificar quem eram os latifundiários e políticos que se beneficiavam com a “indústria da seca”. Com a denúncia de vários envolvidos, o repórter mostrou como se realizava a captação e o direcionamento de verbas governamentais, que seriam destinadas a minimizar as consequências da seca na vida de milhões de camponeses do Nordeste, para latifundiários ligados ao então Departamento Nacional de Obras Contra Secas (DNOCS)⁹.

⁸ Em entrevista concedida a esta pesquisadora em 19 de novembro de 2015, no contexto do “Colóquio Lecotec de Pesquisa – A Crítica da Mídia como Disciplina Acadêmica”, realizado na Unesp de Bauru.

⁹ As reportagens da primeira parte da série, organizadas pelo destaque “Ceará contra a Irrigação”, têm os seguintes títulos: “Indústria e industriais da seca. O PTB como juiz de ausentes & abastados” (Callado, 10 set. 1959, p. 1

Nessa viagem, Callado conheceu, na cidade de Vitória de Santo Antão (PE), os camponeses do Engenho Galileia que, amparados pelo advogado Francisco Julião, lutavam há mais de quatro anos na justiça pelo direito de ficarem em suas terras¹⁰.

As denúncias sobre a corrupção do DNOCS e sobre a perseguição dos camponeses pelos latifundiários da região causaram um movimentado debate nacional nos jornais, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (Martins, 2018) As consequências da mobilização nacional a partir das reportagens não tardaram a aparecer: os camponeses da Galileia foram violentamente impedidos em uma manifestação realizada na cidade e, apenas alguns dias depois, receberam a ordem de despejo para desocuparem o engenho. Assim que soube sobre a violência sofrida pelos “galileus”, Callado retornou a Pernambuco e produziu outras duas reportagens em defesa dos camponeses. Mais um debate acalorado percorreu os editoriais dos jornais pelo Brasil e as esferas estaduais e federais do governo. Dessa vez, o movimento em torno das reportagens reforçou a decisão dos deputados estaduais e do então governador de Pernambuco, Cid Sampaio, filiado à União Democrática Nacional (UDN), pela desapropriação do Engenho, com o respectivo pagamento aos antigos proprietários, para beneficiar os camponeses.

Em âmbito federal, a denúncia das reportagens de Callado sobre o DNOCS teria fortalecido a decisão de Juscelino Kubitschek de criar a Superintendência do Desenvolvimento para o Nordeste (Sudene) e de nomear o renomado economista Celso Furtado para sua superintendência (Arruda, 2013a). O órgão, além de estimular o desenvolvimento industrial da região, fiscalizaria a distribuição dos recursos para amenizar os problemas da seca para os mais pobres. As reportagens de Callado do *Correio da Manhã* ganharam o Prêmio Esso de Jornalismo de 1959 na categoria Regional e, posteriormente, foram reunidas no livro *Industriais da seca e os galileus de Pernambuco* (1960).

As reportagens de Antonio Callado sobre os “galileus” de Pernambuco e sua repercussão teriam sido fundamentais no processo de desapropriação do Engenho e para a

e 10); “Banabuiu o açude que teve um filho. DNOCS não é para dar água a ninguém” (Callado, 11 set. 1959, p. 1 e 7), e “O Óros, esse desconhecido. Rios molhados e deputados escaldados” (Callado, 12 set. 1959, p. 1 e 4).

¹⁰ Três reportagens foram publicadas sobre o “Despertar em Pernambuco”. São elas: “Homens livres no Engenho da Galileia. Francisco Julião e o velho Zezé” (Callado, 17 set. 1959, p. 1 e 11); “Cambão: resíduo da escravidão no Nordeste. Prova de identidade: recibo das sociedades mortuárias” (Callado, 18 set. 1959, p. 1 e 9) e “Julião e sua marcha de 50.000 camponeses. De qualquer côr a escravidão nordestina” (Callado, 20 set. 1959, p. 1 e 17). Há uma reportagem conclusiva: “Concluindo: No Nordeste o camponês mais triste do mundo. Nostalgia da seca e da escravatura” (Callado, 23 set. 1959, p. 1 e 7).

criação do símbolo em que ele se tornou. Para Wilson Figueiredo (*Apud* Arruda, 2013a), com tal série de reportagens Callado lançava a pedra fundamental da reforma agrária no Brasil. Na Academia Brasileira de Letras, Cândido de Mendes de Almeida Filho, na “sessão de saudade”, realizada em fevereiro de 1997 e dedicada à então recente morte do jornalista, declarou que Antonio Callado havia sido “o inventor das Ligas Camponesas”. Para Cândido de Mendes (*Apud* Arruda, 2013a, p. 169), “o Brasil e o mundo não saberiam da existência das Ligas se não existissem as reportagens de Callado no Nordeste”. Na Figura 2, um registro sobre a mobilização dos camponeses em torno das Ligas.

Figura 2 – As Ligas ganham força e repercussão com as matérias de Callado



Fonte: *Site* Memorial das Ligas Camponesas / Acervo (2015-2017).

Em entrevista a esta pesquisadora, Ana Arruda Callado, viúva do jornalista, disse que ele era modesto quanto à importância de suas reportagens.

Nunca vi Callado se gabar, em qualquer ocasião. Ele diria que os camponeses iriam ganhar aquela luta de qualquer maneira. Mas pessoas politizadas do Brasil consideravam que ele havia contribuído muito. Inclusive a Assembleia

de Pernambuco prestou uma homenagem a ele. Quando estivemos lá, nos anos 70, Callado foi recebido muito calorosamente pela esquerda (havia na época esquerda de verdade!) e houve uma mudança no programa do seminário porque havia notícias de que na noite em que Callado falasse, haveria uma baderna promovida pelos donos de engenho mais direitistas (Arruda, 2018).

Reconhecendo ou não sua participação na vitória dos camponeses, é notório que as reportagens tornaram Callado uma das principais referências da imprensa no debate da reforma agrária.

Quando Callado voltou a Pernambuco, em 1964, seu objetivo era acompanhar as transformações que o governador Miguel Arraes (1959-1964), filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), estava conduzindo no estado e visitar seus amigos “galileus”. Com o sugestivo título “Revolução-Piloto em Pernambuco”¹¹, a série de reportagens de Callado foi publicada entre dezembro de 1963 e janeiro de 1964 e, posteriormente, reunidas no livro *Tempo de Arraes* (Callado, 1964), já no contexto da ditadura. Nos textos, o repórter visita os camponeses do Engenho Galileia – em pleno desenvolvimento depois da desapropriação de 1959 – conhece a situação ainda precária de outros engenhos, conversa com lideranças religiosas, comunistas e políticas para compreender o cenário revolucionário.

As reportagens trazem um narrador-repórter que se entusiasma com as mudanças conduzidas e apoiadas por Arraes, como, por exemplo, o uso do método de Paulo Freire para alfabetizar – também politicamente – os camponeses. Para Callado, estaria ali um modelo para a revolução necessária e urgente para o país. Apesar do golpe, menos de três meses depois, o fato de as reportagens terem sido editadas em livro mostra como Callado se articulou para que a revolução-piloto em Pernambuco seguisse repercutindo para o despertar do povo.

Nas trincheiras da literatura e dos livros-reportagens: o primeiro drible

Apesar de nunca ter se filiado a nenhum partido político, seu engajamento, segundo o próprio autor¹², apareceu mais fortemente a partir das reportagens sobre os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco, publicadas em 1959. Em 1964, a publicação de *Tempo de Arraes*

¹¹ Primeira reportagem da série publicada no *Jornal do Brasil*, em 22 de dezembro de 1963.

¹² Em entrevista à Ligia Chiappini Leite (1982, p. 238), Callado explica que participava da política como jornalista: “Só depois que me engajei, critiquei com voz mais alta [...]. Foi depois do meu contato com Julião, Arraes etc., que fui insistindo mais na crítica, até entrar em choque com o governo. Então ocorreram aquelas minhas prisões”.

e da peça *Forró no Engenho Cananéia* – claramente inspirada na experiência de Callado no Engenho Galileia – pela editora Civilização Brasileira colocou o selo definitivo de “homem à esquerda” em Callado. Ênio Silveira, o dono da editora fundada em 1929, era um empresário cultural ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com o cerco da censura nos jornais, a editora tornou-se um dos poucos caminhos para publicações da esquerda, uma trincheira para seguir pensando na revolução. A própria revista bimestral da Civilização Brasileira, lançada em 1965, era, segundo Sodré (1999, p. 436), um dos poucos espaços que restaram à condenada “liberdade de imprensa”. Como aponta Flora Süssekind (1985), coube à literatura, portanto, uma função parajornalística.

Foi pela Civilização Brasileira que Callado lançou, em 1967, *Quarup*. No livro, que é considerado a obra-prima do escritor, são flagrantes os indícios de como Callado aproveitou cenários e personagens reais que encontrou no Xingu, em 1952 (no contexto da escrita da reportagem “Esqueleto na lagoa verde”), na sua elaboração fictícia e também nas idas a Pernambuco. Quando Ligia Chiappini Leite (1982, p. 237) questionou o escritor quanto dele havia em padre Nando, o personagem principal de *Quarup*, Callado respondeu: “A gente está em todos os personagens. É claro que, no caso de Nando, havia uma identidade quase de geração, da minha geração, em relação à geração de Nando”. No livro, Nando vai viver entre os povos indígenas do Xingu, larga a batina e, anos depois, luta pelo ideal revolucionário dos camponeses de Pernambuco. O romance é identificado pela crítica nacional e internacional como síntese do país para o período entre a morte de Getúlio Vargas até os primeiros anos pós-Golpe Militar em 1964 (Leite, 1982). Em *Quarup*, estaria a ideia principal de Callado sobre o que seria uma revolução brasileira, identificada com a história de colonização e exploração do país.

Nas mesmas intenções revolucionárias é que a Civilização Brasileira lança, em 1969, *Vietnã do Norte: advertência aos agressores*¹³, o livro com as reportagens que Callado fez sobre o Vietnã do Norte para o *Jornal do Brasil* e publicadas pelo periódico meses antes da instauração do AI-5, e, no ano seguinte, pela editora de Ênio Silveira.

¹³ “Hanói ou heroísmo como rotina” foi a primeira reportagem da série publicada no *Jornal do Brasil*, em 19 de outubro de 1968 (Callado, 18 out. 1968, p. 2-3).

Alberto Dines (2015, informação verbal), que era editor-chefe do *Jornal do Brasil* à época, disse que a diretoria do periódico não tinha dúvidas sobre a cobertura que Callado faria no Vietnã: era um homem de esquerda olhando para o conflito. Para Dines, ao enviar Callado para o lado norte da guerra, o *JB* queria mostrar certa abertura editorial. Era também uma das estratégias para a transição do posicionamento político pretendido pelo jornal. Eduardo Chammas (2012), que analisou os editoriais do periódico entre 1964 e 1968, afirma que, com vistas aos seus interesses liberais, o *JB* apoiou o golpe militar em 1964. Não à toa, em outubro de 1966, o presidente Costa e Silva escolheu o *Jornal do Brasil* para fazer seu primeiro pronunciamento. Analisa Chammas (2012, p. 80): “Só em abril de 1968 foi que o JB marcou com clareza as suas diferenças em relação aos militares”. A crítica ao governo ainda era sutil, mas marcava o início de uma tensão com os militares consequente de um acumulado de situações: o episódio do fechamento temporário da Rádio Jornal Brasil pela censura, a repressão violenta que os estudantes – filhos da classe média – sofreram em junho de 1968 e o crescente descontentamento de setores da burguesia com a ditadura. A ida de Callado ao Vietnã do Norte, comunista, marcou, ainda que não declaradamente, a oposição do *Jornal do Brasil* a um governo que tinha se tornado indefensável.

Em busca da revolução pelo mundo: o segundo dribble

Já que não era possível escrever sobre o Brasil, o jeito era pautar lugares do mundo que estavam conseguindo resistir: Vietnã do Norte – que estava se defendendo surpreendentemente da ofensiva estadunidense durante a Guerra do Vietnã – e Cuba, o país da revolução de 1959, liderada por Fidel Castro, que derrubou o regime autoritário de Fulgencio Batista, também apoiado pelos Estados Unidos.

Para Callado, a ida ao Vietnã do Norte, depois de mais de dez meses de árdua negociação diplomática, foi a maior medalha que alcançou como repórter. Em crônica escrita em 1º de abril de 1995 para a *Folha de S.Paulo*, o autor deixava registrado:

O fato de que mais me orgulho como repórter foi o de ter sido eu o único brasileiro que estive (setembro-outubro de 1968) no Vietnã do Norte em guerra com os Estados Unidos. Aliás, único brasileiro não, único latino-americano, se excetuarmos os comunistas cubanos da Prensa Latina. [...].

Fui recebido com flores, quando desembarquei em Hanói engasgado, comovido, me sentindo finalmente aprovado pelo povo mais valente da Terra, mais consciente de representar o valor do homem diante da mais sombria adversidade. A coragem do Vietnã já tinha então esse toque inexplicável de façanha mitológica ou bíblica (Callado, 1997, p. 96-97).

A admiração pelos norte-vietnamitas era declarada. Assim como era também pelo líder da revolução, Ho Chi Minh, “[...] um revolucionário, de raras cóleras e muita doçura e senso de humor, como um afluente na corrente de um rio” (Callado, 1969, p. 105). O repórter acreditava que os países da América Latina precisavam aprender com o Vietnã do Norte de Ho. Já que não era possível escrever sobre como resistir à ditadura civil-militar no Brasil, que os brasileiros se inspirassem na resistência do Vietnã do Norte. Em outro trecho do livro:

Os humildes da terra, no Vietnã, começaram a ganhar o seu combate milenar. Se outros povos humildes souberem seguir o luminoso exemplo vietnamita, o mundo ainda poderá ser o lugar de paz e justiça com que têm sonhado os fundadores de religiões e os profetas, de Zaratustra e Jeremias a Karl Marx e Ho Chi Minh (Callado, 1969, p. 113).

Callado colocava Ho Chi Minh e Karl Marx na categoria de profetas. Não é estranho que ao voltar, com o AI-5 batendo à porta, Callado tenha sido novamente preso. Não foi necessariamente culpa da série de reportagens sobre o Vietnã do Norte, as críticas aos militares estavam ali nas entrelinhas. Segundo Ana Arruda Callado (2013a, 297), o texto que levou Callado à prisão foi escrito para o semanário *Brasil em Marcha* e propunha a dissolução das Forças Armadas brasileiras. No texto, a seguinte sugestão do jornalista: tal como fez a Costa Rica, o Brasil deveria acabar com o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Prisão na certa.

Os militares foram buscá-lo em casa, obrigando-o a levar junto um pôster de Che Guevara que ali havia. Num jipe aberto, Callado e pôster de Che foram conduzidos pela cidade até encontrar um quartel que pudessem prendê-los (a cena que, para Carlos Heitor Cony, poderia estar em um filme de Glauber Rocha). O jipe passou por dois quartéis já lotados de “comunistas” e sem vaga para receber o novo prisioneiro. No terceiro quartel, os militares encontraram lugar para trancafiar Callado e seu companheiro estampado no cartaz. Rememora Callado (*Apud* Leite, 1982, p. 239):

Fiquei lá com Gilberto Gil e Caetano. Gilberto Gil já estava lá há mais de um mês. Também Ferreira Gullar. A gente sofria só algumas humilhações. Não deixavam a gente fazer a barba, por exemplo. Havia também uns comunistas

muito simpáticos. Prudentes, escolados, porque para eles a coisa não era fácil e eles sabiam. Com intelectual era diferente.

Dessa vez, seriam 15 dias encarcerado e ele não estaria livre da perseguição militar. Em 1969, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional por ter escrito dois artigos “subversivos” no *Jornal do Brasil*: “As merendas dos generais” e “Exército dos mendigos”. Foi absolvido na 1ª Auditoria Aeronáutica, mas o promotor José Manes Leitão recorreu (Arruda, 2013a, p. 297). Na Figura 3, o registro do julgamento de Antonio Callado, em 1969.

Figura 3 – Callado e Nascimento Brito, dono do *JB*, no julgamento do repórter em 1969



Fonte: Arruda (2013a, p. 297).

Enquanto o processo correria, mais uma surpresa: em 30 de abril de 1969, o Diário Oficial da União publicava um Ato Institucional que declarou a cassação dos direitos políticos de Antonio Callado. Esse foi o texto publicado:

Suspensão de Direitos Políticos:

Pelo prazo de dez (10) anos com a proibição de exercer atividades de jornalismo em empresas jornalísticas ou estações radiodifusoras de som e imagem, bem assim as de magistério em qualquer nível, do cidadão Antonio Carlos Callado.

Brasília, 29 de abril de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. Costa e Silva [...]. (Ato Institucional *apud* Arruda, 2013a, p. 298).

Em maio de 1970, o Supremo Tribunal Federal confirmou a absolvição do processo que o enquadrava na Lei de Segurança Nacional, aceitando o argumento do advogado de Callado, Carlos Eduardo Lins e Silva: os artigos não representavam ameaça à segurança nacional, eram apenas “filigranas literárias”. Apesar de se livrar do processo judicial, Callado estava pessimista. O ideal sobre uma revolução democrática parecia definitivamente distante.

Antes de se aposentar e deixar o *JB*, em 1975, Callado escreveu o romance *Bar Don Juan* (1971). O livro causou incômodo na esquerda. Em síntese, o *Bar Don Juan* traz a derrota da esquerda face à ditadura. Silverman (2000, p. 72) diz que o livro critica duramente “[...] jovens marxistas da classe média que, embora corretos em seus motivos pela revolução, não compreendem nada como dirigi-la”. Em entrevista à Ligia Chiappini Leite em 1982, Callado disse que as pessoas achavam que, com o livro, o autor estava debochando de algo sério, da ideia de revolução:

[...] **ora, eu não estou debochando de ninguém, eu me incluo nessa crítica.** Eu participei dessa ilusão da revolução; eu sei que houve pessoas que morreram, a gente conhecia as pessoas. Mas é que o movimento em geral era completamente doido. Sem paciência não faz as coisas [...] (Callado *apud* Leite, 1982, p. 245, grifo nosso).

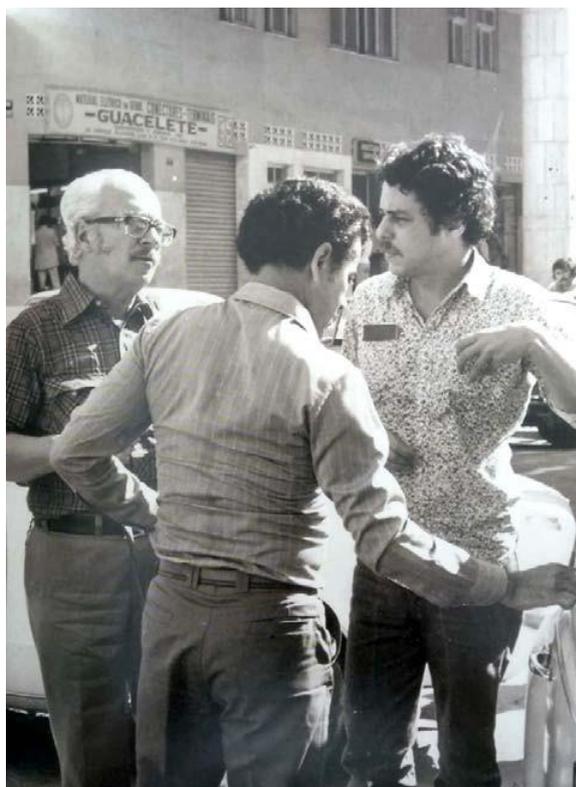
A revolução já era uma ilusão e, apesar das críticas, muitos intelectuais se reconheceram no livro. A jornalista Ana Arruda estava entre eles. Ana, que foi presa e torturada pelos militares, ao terminar de ler *Bar Don Juan* chorou copiosamente:

Quando saiu, eu li, chorei de montão como não chorava desde que lia os livros lá na fazenda, escondida. Fiquei muito emocionada com aquele pessoal, aquele fracasso, enfim. Aí encontro o Armando Lutzenberger, amigo de velha data. “Pô Armando, gostei tanto do *Bar Don Juan*!” E ele: “Ana, liga para o Callado e diz isso. Ele está arrasado, porque os amigos dele, gente de esquerda, está todo mundo xingando, dizendo que este é um livro cheio de deduragem, que ele está traindo a esquerda brasileira, ridicularizando...”. Disse: “Ah! São loucos! Não vi nada disso!” (Arruda, 2013b).

Ana tomou coragem e ligou para Callado, que ficou entusiasmado em saber que alguém, ao menos, tinha gostado. Jantaram juntos para conversar mais sobre o livro e começaram a namorar. Casaram-se em 1977 (Arruda, 2013a).

Callado escreveria mais dois romances baseados em suas experiências e nos relatos de vítimas da ditadura: *Reflexos do baile* (1976) e *Sempre viva* (1981). Em 1978, convidado a participar do júri da premiação literária organizada pela Casa de las Américas, foi a Cuba. Na volta, ficou retido pelos militares assim que chegou no aeroporto. Ele, Ana Arruda, Chico Buarque, que também participou do júri, e Marieta Severo, em companhia de Chico. O relato em forma de reportagem, publicada no livro *Passaporte sem carimbo* (1978), traz um paralelo entre Cuba e Brasil, entre a revolução que deu certo e a que nunca aconteceu. Ao final do livro, a narrativa sobre a prisão dele, de Chico e de suas companheiras mostra o pessimismo de Callado com o país. Cuba era um sonho e nossos militares, dentro de uma percepção social tacanha e imoral, nunca a compreenderiam. Na Figura 4, Callado e Chico Buarque esperam o interrogatório dos militares.

Figura 4 – Callado e Chico Buarque, detidos, aguardam o interrogatório com o advogado



Fonte: Arruda (2013a, p. 328).

No país das liberdades enclausuradas, o jornalismo se tornava definitivamente pontual para o escritor. Entre 1979 e 1982, escreveria crônicas semanais na coluna “Sacada” da revista *IstoÉ*¹⁴. Era o máximo que poderia se envolver.

Como foi no caso de Cuba, onde a viagem só se realizou a partir de um convite, em 1984, a Companhia Energética de São Paulo (CESP) convidou Callado para que produzisse uma reportagem (essa seria sua última grande reportagem): “Entre o Deus e a vasilha” (1984), já no final da ditadura. A CESP passava por um problema com os latifundiários da região do Pontal do Paranapanema depois que o governo do estado criou assentamentos rurais em terras devolutas. A resolução beneficiava famílias que tiveram suas pequenas roças alagadas para a construção de usinas hidrelétricas da Companhia do governo anterior. Sem respaldo e indenização, os camponeses foram morar na beira das estradas. No governo de Franco Montoro (1983-1987), filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a CESP tentou resolver o problema, levando as famílias para assentamentos em terras que “grileiros”¹⁵, com documentos forjados, diziam ser deles. Foi então que, segundo Ana Arruda (2013a, p. 189), surgiu a ideia: “Um texto de Antonio Callado, pensou a Companhia, poderia ajudar”.

Desde as reportagens sobre os camponeses em Pernambuco, Callado tinha se tornado uma referência sobre as questões agrárias no país. Com quase 70 anos, Callado partiu para São Paulo para visitar os assentamentos, investigar a natureza dos documentos falsos dos “grileiros” e, munido das estratégias discursivas que usou em todas suas grandes reportagens, defender os camponeses. No subtítulo do livro-reportagem, o repórter deixa registrado seu desencanto com o país: “Ensaio sobre a reforma agrária a qual nunca foi feita” (Martins, 2018).

Considerações finais

Com vistas a auxiliar a compreensão de como se deu a resistência jornalística à censura durante a ditadura civil-militar (1964-1985) no Brasil, esta análise trouxe o contexto das principais reportagens de Antonio Callado republicadas durante o período em forma de livros:

¹⁴ Ana Arruda organizou uma coletânea dessas crônicas, publicada no livro *O país que não teve infância* (2017).

¹⁵ “O termo grilagem surgiu de uma prática para dar aspectos de envelhecimento a falsos documentos, inserindo-os em uma caixa com grilos, que os deixava amarelados e com buracos, dando uma aparência ‘forçada’ de que os documentos seriam antigos”. A prática é tipificada como crime (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, 2017).

Tempo de Arraes (1964); *Vietnã do Norte: advertência aos agressores* (1969); *Passaporte sem carimbo* (1978) e *Entre o Deus e a vasilha* (1984).

A análise apresentada mostra como, impedido de escrever na imprensa e tentando driblar a censura, Callado utiliza o espaço conquistado como escritor para republicar suas reportagens em livro (que identificamos como primeiro drible) e como o jornalista pauta a revolução e a necessidade do “despertar do povo” a partir da experiência revolucionária em outros países, Vietnã do Norte e Cuba (o segundo drible). Por fim, consideramos que a trajetória de Callado é emblemática sobre como os jornalistas atuaram para resistir aos anos de chumbo no Brasil.

Referências

ARRUDA, Ana Callado. **Antonio Callado**: fotobiografia. Recife: Cepe, 2013a.

ARRUDA, Ana Callado. Uma mulher de sorte. [Entrevista cedida a] Paulo Chico e Francisco Ucha. *Dois Pontos*. mar. 2013b. Disponível em: <https://goo.gl/cY6wJC>. Acesso em: 06 maio 2024.

ARRUDA, Ana Callado. **Sobre Callado** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lilian.juliana@gmail.com> em 25 jun. 2018.

CALLADO, Antonio. Indústria e industriais da sêca: O PTB como juiz de ausentes & abastados. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano LIX, n. 20386, p. 1 e 10, 10 set. 1959. Disponível em: <https://goo.gl/sXTLhb> e <https://goo.gl/AdF9Es>. Acesso em: 06 maio 2024.

CALLADO, Antonio. Banabuiu o açude que teve um filho: DNOCS não é para dar água a ninguém. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano LIX, n. 20387, p. 1 e 7, 11 set. 1959. Disponível em: <https://goo.gl/mXkbMe> e <https://goo.gl/aQT2XZ>. Acesso em: 25 jun. 2024.

CALLADO, Antonio. O Óros, esse desconhecido. O Ceará contra. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano LIX, n. 20388, p. 1 e 4, 12 set. 1959. Disponível em: <https://goo.gl/3Xj5Ba> e <https://goo.gl/wEQUUR>. Acesso em: 25 jun. 2024.

CALLADO, Antonio. Homens livres no Engenho da Galileia: Francisco Julião e o velho Zezé. Despertar em. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano LIX, n. 20392, p. 1 e 11, 17 set. 1959. Disponível em: <https://goo.gl/uF1uVw> e <https://goo.gl/RAKg8R>. Acesso em: 25 jun. 2024.

CALLADO, Antonio. Cambão: resíduo da escravidão no Nordeste: Prova de identidade recibo das sociedades mortuárias. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano LIX, n. 20393, p.1 e 9, 18 set. 1959. Disponível em: <https://goo.gl/RqyCHw> e <https://goo.gl/q6PsAf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

CALLADO, Antonio. Julião e sua marcha de 50.000 camponeses. Julião e sua marcha. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano LIX, n. 20395, p. 1 e 17, 20 set. 1959. Disponível em: <https://goo.gl/6bPsLq> e <https://goo.gl/PzBQQ9>. Acesso em: 25 jun. 2024.

CALLADO, Antonio. No Nordeste o camponês mais triste do mundo. Nostalgia da seca e da escravatura. Concluindo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano LIX, n. 20397, p. 1 e 7, 23 set. 1959. Disponível em: <https://goo.gl/GWj8Gd> e <https://goo.gl/BkWv9w>. Acesso em: 25 jun. 2024.

CALLADO, Antonio. Revolução-pilôto em Pernambuco. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXXIII, n. 299, p. 1, 22 dez. 1963. Caderno Especial. Disponível em: <https://goo.gl/iEgFpd>. Acesso em: 06 maio 24.

CALLADO, Antonio. **Tempo de Arraes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

CALLADO, Antonio. Hanói ou heroísmo como rotina. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXXVIII, n. 165, p. 2 e 3, 19 out. 1968. Disponível em: <https://goo.gl/t7812e> e <https://goo.gl/GoyrCZ>. Acesso em: 06 maio 2024.

CALLADO, Antonio. **Vietnã do Norte**: advertência aos agressores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

CALLADO, Antonio. **Passaporte sem carimbo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CALLADO, Antonio. **Entre o Deus e a vasilha**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CALLADO, Antonio. **Crônicas de fim do milênio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa**: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13122012-101040/pt-br.php>. Acesso em: 25 jun. 2024.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. **Antonio Callado**. Literatura comentada. São Paulo: Abril Educação, 1982.

MARTINS, Lilian Juliana. **Antonio Callado jornalista**: a narrativa da grande reportagem e o ideal do Brasil possível. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/daf6576a-9d47-4477-b2b3-27c5139bebbba>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MELLO, Paulo Thiago de. Reforma gráfica do 'Jornal do Brasil' nos anos 50 e a criação do Caderno B. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 ago. 2010. Disponível em: <https://goo.gl/XzB3a3>. Acesso em: 05 maio 2024.

MEMORIAL da Democracia. Protesto leva 'oito do glória' à prisão. 2015-2017. 1 fotografia. Disponível em: <https://goo.gl/nJJduU>. Acesso em: 05 maio 2024.

MEMORIAL das Ligas e Lutas Camponesas. Fotos diversas. 2015-2017. Disponível em: <https://www.ligascamponesas.org.br/?p=187>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MORAES, Gabriel de. Os sessenta anos do golpe civil-militar de 1964 e a memória pública. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 03 abr. 2024. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/sessenta-anos-golpe-civil-militar-1964/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SILVERMAN, Malcolm. **Protesto e o novo romance brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SÜSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**. Polêmicas, diários e retratos. Belo Horizonte: UFMG, 1985.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. Grilagem. 2017. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/grilagem#:~:text=O%20termo%20grilagem%20surgiu%20de,que%20os%20documntos%20seriam%20antigos>. Acesso em: 25 jun. 2024.

Submetido em: 08.05.2024

Aprovado em: 12.06.2024